



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTINÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____ Inscrição _____ Prédio _____ Sala _____ Carteira _____

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** Pautando-se na classificação das Constituições, quanto à origem, quanto à alterabilidade, quanto ao sistema, quanto à origem de sua decretação e quanto à dogmática, respectivamente, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada
- (A) pactuada, plástica, preceitual, autônoma e eclética.
 - (B) pactuada, plástica, preceitual, heterônoma e eclética.
 - (C) promulgada, rígida, principiológica, autônoma e eclética.
 - (D) promulgada, rígida, principiológica, heterônoma e ortodoxa.
 - (E) promulgada, semirrígida, principiológica, autônoma e ortodoxa.
- 02.** É correto afirmar sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade:
- (A) a decisão sobre a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos oito Ministros.
 - (B) proposta a ação direta, somente se admitirá a sua desistência até o despacho inicial pelo Relator, já que neste caso o princípio da jurisdição seria respeitado.
 - (C) da decisão de indeferimento da inicial caberá originariamente o recurso de embargos de declaração, no prazo de 5 dias.
 - (D) a decisão que declara a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo é irrecurável, mas pode ser objeto de ação rescisória, em atenção ao princípio da Soberania da Constituição.
 - (E) no julgamento de pedido cautelar, caso o Relator julgue indispensável, ouvirá o Advogado Geral da União e o Procurador Geral da República, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 03.** Suponha que um Estado da Federação, face a inexistência de normas gerais editadas pela União, promulgou uma Lei com disposições gerais e específicas sobre custas dos serviços forenses. Nesse contexto, sob o prisma da repartição de competências dos entes federativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A lei possui vício formal de inconstitucionalidade, pois a competência para legislar sobre custas dos serviços forenses é privativa da União.
 - (B) A lei possui vício formal de inconstitucionalidade, pois os Estados-membros não possuem competência para legislar sobre aspectos gerais, mas apenas específicos, de acordo com suas peculiaridades.
 - (C) Caso a União, posteriormente, promulgue uma lei sobre normas gerais de custas dos serviços forenses, a Lei do Estado será revogada, por incompatibilidade formal.
 - (D) Caso a União, posteriormente, promulgue uma lei sobre normas gerais de custas dos serviços forenses, a Lei do Estado terá a sua eficácia suspensa, apenas no que contrariar a lei federal.
 - (E) Caso a União, posteriormente, promulgue uma lei sobre custas dos serviços forenses, poderá estabelecer normas gerais, como específicas para cada Estado-membro.
- 04.** Suponha que Maria Antonieta, brasileira nata, maior de 21 anos, é casada com João da Silva, Prefeito do Município X, eleito para o cargo no ano de 2014. Partindo da regra atual da Constituição Federal e do entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal sobre inelegibilidades, caso Maria Antonieta dissolva o vínculo conjugal no ano de 2018, ano em que João da Silva se candidatará à reeleição, e decida, por sua vez, se candidatar ao cargo de Vereadora no Município X, no pleito eleitoral do mesmo ano, será considerada
- (A) elegível, uma vez que a dissolução do vínculo conjugal, ainda que no curso do mandato, afasta a regra de inelegibilidade.
 - (B) elegível, desde que a dissolução do vínculo conjugal ocorra até 3 meses antes do pleito eleitoral.
 - (C) elegível, desde que a dissolução do vínculo conjugal ocorra até 6 meses antes do pleito eleitoral.
 - (D) inelegível, ainda que já seja Vereadora do Município X e esteja concorrendo à reeleição, pois a dissolução do vínculo pode ter se dado de forma fictícia.
 - (E) inelegível, pois a dissolução do vínculo conjugal ocorrida no curso do mandato não afasta a inelegibilidade.

- 05.** Identifique nas alternativas a que representa corretamente o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.
- (A) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.
 - (B) A configuração do crime de corrupção de menores, previsto no art. 244-B do ECA, depende da prova de efetiva corrupção de menores, em atenção ao princípio da presunção de inocência.
 - (C) A lei de arbitragem não se aplica aos contratos que, muito embora possuam cláusula arbitral, foram celebrados antes de sua edição, por respeito ao princípio da segurança jurídica.
 - (D) É ilegítima a penhora da sede do estabelecimento comercial, por representar pena com caráter de confisco.
 - (E) Em ação de execução fiscal, torna-se imprescindível instruir a petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito, sob pena de indeferimento.
- 06.** Sobre a previsão dos direitos fundamentais no Brasil, por meio da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
 - (B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político.
 - (C) A norma insculpida no art. 7º inciso XXVII, da Constituição Federal, que garante aos trabalhadores urbanos e rurais “proteção em face da automação”, na forma da lei, é uma norma de eficácia limitada.
 - (D) É assegurado ao Júri a competência dos crimes dolosos e culposos contra a vida.
 - (E) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado após a naturalização, ou de comprovado envolvimento em organização criminosa.
- 07.** Considerando a disposição da Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos, deveres e funções dos parlamentares, assinale a alternativa correta.
- (A) Os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
 - (B) Perderá o mandato o deputado ou senador que sofrer condenação criminal, imposta ou confirmada por decisão colegiada de 2º grau.
 - (C) O deputado ou senador que seja investido no cargo de Secretário de Território perderá o seu mandato, vez que se trata de atribuição incompatível com o cargo.
 - (D) As imunidades de deputados ou senadores podem ser suspensas, a qualquer tempo, mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, caso deixe de comparecer à terça parte das sessões legislativas.
 - (E) A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, se protocolada antes da decisão final, terá os seus efeitos suspensos até as deliberações finais sobre a perda ou não do mandato.
- 08.** Ao tutelar o direito à educação e cultura, a Constituição Federal estabeleceu que
- (A) os Estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
 - (B) a União aplicará na manutenção e desenvolvimento do ensino, anualmente, percentual nunca inferior a 18% (dezoito por cento) da receita resultante de impostos.
 - (C) o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino médio.
 - (D) o Presidente da República, mediante decreto, estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando o desenvolvimento cultural do país.
 - (E) os Estados e o Distrito Federal devem, obrigatoriamente, vincular, a fundo estadual de fomento à cultura, até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

09. Argus da Silva obtém da Prefeitura de Altinópolis, em 01 de setembro de 2017, permissão de uso a título precário e por tempo determinado, para os dias 15 a 17 de janeiro de 2018, durante a realização da “45ª Festa de Santos Reis”, de espaço delimitado, situado na Praça Central, para exposição e venda de famosas goiabas vermelhas produzidas em sua fazenda, situada no Município. A permissão foi assinada pelo Prefeito, nos termos do Decreto Municipal que dispôs sobre os critérios para utilização do espaço durante o evento e está aguardando publicação.

Esse ato administrativo é

- (A) perfeito, válido e eficaz.
- (B) imperfeito, válido e ineficaz.
- (C) perfeito, inválido e inexistente.
- (D) imperfeito, inválido e eficaz.
- (E) perfeito, válido e ineficaz.

10. No que tange aos servidores públicos, especialmente quanto ao teto remuneratório, assinale a alternativa correta.

- (A) É um limite máximo de remuneração, que sempre se aplica aos servidores da Administração direta, autárquica, fundacional, de empresas públicas e sociedade de economia mista.
- (B) As parcelas de caráter indenizatório são computadas para fins do limite de remuneração (teto).
- (C) Teto é um limite máximo para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos.
- (D) Empresas privadas que gozem de incentivo fiscal devem aplicar o teto remuneratório aos pagamentos de seus empregados.
- (E) O teto remuneratório não se aplica ao pagamento de proventos e pensões.

11. Ocorre hipótese de inexigibilidade de licitação:

- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação à ordem.
- (B) na contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (C) quando não acudirem interessados à licitação anterior, e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.
- (D) nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- (E) na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo normas da legislação específica.

12. Quanto aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei nº 8.666/1993.

- (A) É possível a alteração unilateral pela Administração, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela lei.
- (B) É possível a alteração unilateral pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- (C) Sempre será exigida a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- (D) A garantia prestada pelo contratado pode ser liberada ou restituída de forma proporcional antes da execução do contrato.
- (E) A declaração de nulidade do contrato administrativo tem efeito *ex nunc*, impedindo a produção dos efeitos jurídicos após o reconhecimento da nulidade.

13. No que concerne à Organização Administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização está sempre referida a uma só pessoa, pois cogita-se da distribuição de competências na intimidade dela, mantendo-se o liame unificador da hierarquia.
- (B) A desconcentração pressupõe pessoas jurídicas diversas: aquela que originalmente tem ou teria titulação sobre certa atividade e aquelas outras ou aquelas outras às quais foi atribuído o desempenho das atividades em causa.
- (C) Hierarquia pode ser definida como o vínculo de autoridade que une órgãos e agentes, por meio de escalões sucessivos, numa relação de autoridade, de superior a inferior, de hierarca a subalterno.
- (D) A desconcentração ocorre quando há uma pluralidade de pessoas jurídicas públicas com competências políticas, ou seja, investidas no poder de fixar os altos interesses da coletividade.
- (E) A descentralização dos serviços e a competência para prestá-los estão distribuídos pelos diversos órgãos que compõem a entidade política por eles responsável.

14. Sobre a concessão de serviço público, é verdadeira a seguinte afirmação:

- (A) o contrato de concessão de serviço público pode ser celebrado por prazo indeterminado.
- (B) o concessionário tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão de serviço público, visando igualar os encargos da execução à justa remuneração.
- (C) é vedada à Administração Pública alterar unilateralmente as cláusulas ou condições segundo as quais o serviço deve ser prestado pelo concessionário.
- (D) o edital de licitação para a contratação de concessionário de serviço público não pode prever, além da tarifa, outras fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados.
- (E) em razão do princípio da isonomia, as tarifas não podem ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos diferentes segmentos de usuários.

15. Gepeto Santos tem 15 anos e estava dirigindo uma motocicleta quando vê à sua frente uma barreira policial. Assustado e ciente que não possuía habilitação, desvia subitamente a direção na tentativa de se esquivar da polícia e acaba colidindo com uma ambulância do Município de Altinópolis que estava estacionada no acostamento, vindo a fraturar o seu braço. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- (A) Como a ambulância pertence ao Município de Altinópolis, este deve indenizar Gepeto pelos ferimentos sofridos, em razão da aplicação da teoria da responsabilidade subjetiva.
- (B) Como a colisão decorreu da barreira policial, cabe ao Estado responder pelos danos sofridos por Gepeto, diante da teoria da responsabilidade objetiva.
- (C) O Estado, em razão do policiamento, e o Município, porque a ambulância era municipal, respondem solidariamente pelos danos ocasionados a Gepeto.
- (D) O acidente foi decorrente de culpa exclusiva da vítima, motivo porque, por falta de nexo de causalidade, nem o Estado, nem o Município podem ser responsabilizados pelos danos sofridos por Gepeto.
- (E) Como a polícia sequer havia abordado Gepeto, verifica-se que houve omissão, devendo o Estado responder aplicando-se a teoria da responsabilidade subjetiva.

16. Para os efeitos da Lei nº 12.527/2011, considera-se

- (A) informação: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.
- (B) primariedade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- (C) disponibilidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- (D) integridade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- (E) tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.

DIREITO CIVIL

17. Assinale a única alternativa que traz uma hipótese de cessação da incapacidade civil para os menores.

- (A) Colação de grau em curso técnico.
- (B) Gravidez.
- (C) Sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver catorze anos completos.
- (D) Existência de relação de emprego que garanta economia própria, se o menor tiver ao menos dezesseis anos completos.
- (E) Pelo ingresso em curso de ensino superior.

18. Em qual das hipóteses a seguir o negócio jurídico deve ser considerado nulo?

- (A) Pedro, de vinte anos, vende sua bicicleta para Marcelo, de dezessete anos.
- (B) Adriana, em trabalho de parto, paga oitocentos reais para o taxista levá-la ao hospital mais próximo.
- (C) Alexandre vende seu imóvel no valor de vinte salários-mínimos para Cláudio sem realizar escritura pública.
- (D) Márcio, em dívida com o Banco ABC, decide transmitir, gratuitamente, seu carro ao seu irmão, Marcos.
- (E) Tadeu, solteiro e sem herdeiros necessários, decide doar a integralidade dos seus bens, sem reserva de parte, a uma instituição de caridade.

19. Sobre os meios de prova, assinale a alternativa correta.

- (A) A confissão feita por um representante somente é eficaz nos limites em que este pode vincular o representado.
- (B) A pessoa com deficiência não pode ser admitida como testemunha.
- (C) O instrumento particular feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja de livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais para os negócios jurídicos no valor de até trinta salários-mínimos.
- (D) Os documentos redigidos em língua estrangeira terão efeitos legais no país caso todas as partes envolvidas estejam de acordo.
- (E) O colateral de quarto grau de alguma das partes não pode ser admitido como testemunha.

20. Talita celebrou um contrato com Ronaldo no qual assumiu obrigação de entregar, no prazo de um mês, dez vasos esculpidos à mão. No referido contrato foi estipulada cláusula penal para o caso de inadimplemento. Passados dois meses, Talita ainda não havia esculpido os vasos.

Sobre o caso narrado, assinale a alternativa com a consideração correta.

- (A) Talita incorre de pleno direito na cláusula penal desde que, dolosamente, tenha se constituído em mora.
- (B) Considerando que a cláusula penal foi estipulada para o caso de total inadimplemento, esta converter-se-á em alternativa ao benefício de Ronaldo.
- (C) Para exigir a pena convencional, Ronaldo deve demonstrar que sofreu prejuízo.
- (D) A pena estipulada pelo inadimplemento não poderia ser reduzida ainda que Talita tivesse esculpido parte dos vasos.
- (E) O valor da cominação imposta na cláusula penal só pode exceder o da obrigação principal caso reste demonstrado dolo por parte de Talita.

21. Sobre o contrato de doação, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o donatário, ciente do prazo para aceitação da doação, não declarar se aceita ou não a doação, entender-se-á como não aceita.
- (B) A doação de bens imóveis poderá ser feita por escritura pública, instrumento particular, ou até mesmo verbalmente, se lhe seguir a incontinenti tradição.
- (C) Em caso de doação pura, não é necessária aceitação do donatário absolutamente incapaz.
- (D) O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, caso sobreviva ao donatário, prevalecendo cláusula de reversão em favor de terceiro.
- (E) A doação a entidade futura caducará em três anos se esta não estiver constituída regularmente.

22. Tânia, empresária individual, está interessada em abrir seu próprio negócio como revendedora autorizada de veículos. A fabricante XYZ anuncia em jornal de grande circulação que está em busca de novos parceiros. Tânia manifesta seu interesse e recebe da fabricante XYZ uma avaliação positiva, obrigando-a, inclusive a adiantar o pagamento de determinados valores. Porém, poucos dias após a manifestação positiva, a fabricante XYZ rompe, de forma injustificada, a negociação com Tânia, abstendo-se de devolver as quantias adiantadas.

Diante da situação apresentada, Tânia

- (A) não deve ser indenizada, pois trata-se de risco do negócio.
- (B) deve ser indenizada em razão da responsabilidade *post factum finitum*.
- (C) deve ser indenizada, pois trata-se de hipótese de responsabilidade pré-contratual.
- (D) não deve ser indenizada, pois o contrato ainda não havia sido assinado, não gerando direitos e obrigações para as partes.
- (E) não deve ser indenizada, pois a proposta da fabricante XYZ foi revogada pela mesma via de sua divulgação.

23. João é proprietário de um terreno desocupado na cidade de Altinópolis. José é proprietário do terreno situado ao lado do terreno de João. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta.

- (A) Se José, agindo de boa-fé, construir no terreno de João, José tem direito a ficar com a construção.
- (B) Se José, agindo de má-fé, construir no terreno de João, José tem direito apenas a indenização.
- (C) Se José, agindo de boa-fé, construir no seu próprio terreno e invadir metade da propriedade de João, José adquire a propriedade de João, pagando apenas indenização pela desvalorização da área remanescente.
- (D) Se José, agindo de má-fé, construir no seu próprio terreno e invadir metade da propriedade de João, José deverá pagar apenas as perdas e danos em dobro.
- (E) Se João, agindo de má-fé, decide construir em seu terreno, utilizando os materiais que José está utilizando para sua reforma, João irá adquirir a propriedade dos materiais, mas será obrigado a pagar o valor correspondente, além de perdas e danos.

24. Sobre incorporações, assinale a alternativa correta.

- (A) As incorporações podem ser postas à venda ainda que sem a indicação expressa do incorporador.
- (B) A iniciativa e a responsabilidade das incorporações imobiliárias caberão ao incorporador e ao poder público que autorizou a realização da incorporação.
- (C) O incorporador poderá ser: o proprietário do terreno, o promitente comprador, o cessionário deste ou o possuidor do terreno.
- (D) Estende-se a condição de incorporador aos titulares de direitos aquisitivos que contratem a construção de edifícios que se destinem a constituição em condomínio, sempre que iniciarem as alienações antes da conclusão das obras.
- (E) Considera-se incorporação imobiliária a atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, exclusivamente para alienação total, de edificações, ou conjunto de edificações compostas de unidades autônomas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

25. Determinada ação foi julgada totalmente procedente, concedendo na sentença tutela provisória. O réu interpõe recurso de apelação. Diante dessa situação, é correto afirmar que

- (A) o autor deverá aguardar o julgamento da apelação para dar início ao cumprimento da sentença, tendo em vista que no caso presente o recurso será recebido obrigatoriamente no efeito suspensivo.
- (B) por ser a apelação desprovida de efeito suspensivo, de acordo com a legislação, o autor já poderá dar início ao cumprimento definitivo da sentença.
- (C) o juiz poderá, de ofício, dar início ao cumprimento provisório da sentença.
- (D) caso seja determinado cumprimento provisório de sentença, o réu poderá interpor agravo interno.
- (E) por se tratar de sentença da qual a apelação é desprovida do efeito suspensivo, poderá o autor requerer o cumprimento provisório de sentença.

- 26.** O juiz poderá conhecer de ofício algumas matérias que levam à extinção do processo sem resolução do mérito, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado, podendo agir dessa forma quando
- (A) verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
 - (B) indeferir a petição inicial.
 - (C) o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.
 - (D) não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, e o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.
 - (E) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência.
- 27.** Sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar:
- (A) a hipótese de desconsideração inversa da personalidade jurídica segue procedimento diferente do que está previsto em lei para esse incidente.
 - (B) tal procedimento aplica-se exclusivamente ao cumprimento de sentença e ações de execução de título extrajudicial.
 - (C) se requerida a desconsideração da personalidade jurídica na petição inicial, desnecessária a instauração do incidente bem como a suspensão do processo.
 - (D) instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será intimada na figura de seu advogado, tendo prazo de quinze dias corridos para se manifestar e apresentar provas.
 - (E) caso a desconsideração tenha sido deferida pelo relator, por se tratar de decisão interlocutória, poderá ser manejado agravo de instrumento pela parte sucumbente.
- 28.** Assinale a alternativa que traz uma hipótese de nulidade processual.
- (A) No erro de forma do processo quanto à prática de seus atos que não possam ser aproveitados, se praticados os que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.
 - (B) No caso de improcedência liminar da ação, a ausência de citação anterior à sentença.
 - (C) Intimações pela publicação dos atos no órgão oficial, quando não realizadas por meio eletrônico.
 - (D) Ausência de publicação em processo onde constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados.
 - (E) Falta de intimação do réu revel referente aos atos processuais posteriores à decretação da revelia com a aplicação de seus efeitos.
- 29.** Sobre os efeitos processuais do instituto da prescrição, previstos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, mesmo que seja para evitar prescrição.
 - (B) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.
 - (C) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, mesmo que o motivo do indeferimento seja o reconhecimento de prescrição.
 - (D) Haverá resolução do processo sem conhecimento do mérito quando o juiz reconhecer a prescrição.
 - (E) Quando reformar sentença que reconheça a prescrição, o tribunal deverá, em qualquer hipótese, julgar o mérito, examinando as demais questões, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.
- 30.** Considere determinada ação cujo objeto é a análise da legalidade de cláusulas contratuais e o autor cumula o pedido com indenização por danos materiais em razão dos prejuízos decorrentes da abusividade das cláusulas a que se viu submetido. O autor teve gastos que necessariamente dependem de perícia. O réu é citado e, por sua vez, na contestação tempestivamente apresentada, declara que realmente a tese da abusividade alegada pelo autor procede, mas afirma não haver qualquer dano material a ser indenizado, protestando por provas orais.
- Diante dessa situação, sabendo que a réplica já foi apresentada pelo autor, e que este protestou por provas orais e periciais, o juiz:
- (A) necessariamente deverá designar audiência de instrução e julgamento, pois a alegação de abusividade das cláusulas do contrato depende de provas orais para ser demonstrada.
 - (B) deverá julgar antecipadamente o mérito da questão, pois o caso não comporta dilação probatória, estando a causa totalmente madura para julgamento.
 - (C) Declarará que o ônus da prova para demonstrar a existência de danos materiais recairá exclusivamente ao réu.
 - (D) poderá julgar de forma parcial o mérito referente à abusividade das cláusulas, tendo em vista a confissão do réu, prosseguindo a ação em relação aos danos materiais.
 - (E) só poderá julgar, seja de forma parcial ou antecipando-se o julgamento de mérito, após a fase de saneamento do processo.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

31. Miguel é autor de uma ação que tramita pelo procedimento comum, na qual requereu tutela provisória antecipada incidental, para que seu nome fosse retirado do serviço de proteção ao crédito, e que ao final, essa decisão fosse confirmada declarando inexigível o valor cobrado indevidamente pela empresa *Só Love LTDA*. Além disso, requereu a condenação da ré ao pagamento de danos morais pela negativação indevida.

Diante dessa situação, é correto afirmar que

- (A) a tutela provisória requerida por Miguel, caso deferida, se não for agravada de instrumento pela ré, se estabilizará.
- (B) na inicial apresentada por Miguel há cumulação simples de pedidos.
- (C) o valor da causa descrito na inicial deverá somar o montante pretendido à condenação de danos morais pleiteada.
- (D) caso Miguel deixe de colocar na qualificação o e-mail da ré, haverá o indeferimento de plano da petição inicial.
- (E) se a ré já tiver sido citada, e Miguel requerer a emenda da petição inicial, não sendo apresentada a contestação, o juiz deferirá tal ajuste sem a necessidade de anuência da parte contrária.

32. Paula ingressou com uma ação contra a Fazenda Pública de Altinópolis. Requereu justiça gratuita em razão de estar desempregada. O Juiz indeferiu, sendo que a disponibilização da decisão ocorreu em 12 de março (sexta-feira). Sabendo que não houve qualquer feriado após ser intimada da decisão,

- (A) caberá, por parte de Paula, o manejo do recurso de agravo de instrumento, cujo prazo inicial será 15 de março (segunda-feira).
- (B) se a decisão desfavorecesse a Fazenda Pública, essa teria prazo de 60 dias úteis a partir da sua intimação pessoal para interpor agravo de instrumento.
- (C) a data final para que Paula maneje o recurso de agravo interno será 05 de abril (segunda-feira).
- (D) não há recurso possível para Paula, tendo em vista que o rol taxativo do agravo de instrumento não contempla a hipótese descrita nos autos.
- (E) se Paula entender que a decisão é omissa, contraditória ou obscura poderá se valer do recurso de Embargos de Declaração, cujo prazo fatal para a interposição será 22 de março (segunda-feira).

33. Se uma decisão judicial determinar que uma cláusula de um contrato bancário seja excluída e não mais utilizada, por ter sido considerada abusiva, o contrato de todos os futuros clientes será beneficiado. Em razão dessa hipótese, está-se diante de um direito

- (A) individual.
- (B) individual homogêneo.
- (C) coletivo.
- (D) difuso.
- (E) transindividual e indivisível.

34. Após o trânsito em julgado de decisão que julga improcedente ação coletiva proposta em defesa de direitos individuais homogêneos,

- (A) os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.
- (B) independentemente do motivo da improcedência, não é possível a propositura de nova demanda individual com o mesmo objeto por outro legitimado coletivo.
- (C) é possível a propositura de nova demanda coletiva com o mesmo objeto por outro legitimado coletivo, desde que em outro Estado da Federação.
- (D) apenas a procedência da ação coletiva emanaria efeitos capazes de obstar a nova propositura de demanda coletiva idêntica.
- (E) o Ministério Público poderá propor demanda idêntica, desde que não tenha participado da primeira demanda.

35. Quanto ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) É meio adequado à pretensão de percepimento de vencimentos ou vantagens pecuniárias pretéritas ao ajuizamento da inicial.
- (B) A sentença ou o acórdão que o denegar impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- (C) A sentença que o conceder pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.
- (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político sem representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos.
- (E) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, induzindo a litispendência para as ações individuais.

36. O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. O poder público, na esfera de sua competência municipal,

- (A) poderá recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, ou seja, do ensino infantil ao ensino médio.
- (B) poderá fazer-lhes a chamada pública, desde a educação infantil até a universitária.
- (C) poderá deixar de oferecer ensino gratuito, substituindo por escolas privadas subsidiadas.
- (D) deverá garantir a iniciativa privada.
- (E) deverá assegurar em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório.

37. Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, as

- (A) veredas, em toda a sua extensão.
- (B) áreas em altitude superior a 1.800 metros, qualquer que seja a vegetação.
- (C) áreas no entorno dos lagos, em faixa com largura mínima de 500 metros.
- (D) faixas marginais de qualquer curso d'água natural, mesmo efêmero.
- (E) encostas ou partes destas com declividade superior a 35°.

DIREITO TRIBUTÁRIO

38. Nos termos da lei que disciplina a matéria, uma das situações em que o requerimento da medida cautelar fiscal independe da prévia constituição do crédito tributário se verificará quando o devedor

- (A) sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
- (B) tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando elidir o adimplemento da obrigação.
- (C) notificado pela Fazenda Pública, para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal, põe ou tenta por seus bens em nome de terceiros.
- (D) caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens.
- (E) contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.

39. Em sede de execução fiscal acerca da petição inicial da Fazenda Pública, é correto afirmar que

- (A) é dispensável o requerimento para a citação, que deve ser determinada de ofício, em razão da qualificação completa do devedor constar da Certidão da Dívida Ativa.
- (B) a produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento expresso.
- (C) o valor da causa será o da dívida constante da certidão, sem os encargos legais que serão apurados por ocasião do efetivo pagamento.
- (D) dispensa-se o pedido, visto que a Certidão da Dívida Ativa goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.
- (E) será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.

40. No que respeita às preferências do crédito tributário, conforme determinadas pelo Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados exclusivamente os créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- (B) Na falência, prefere aos créditos extraconcursais e aos créditos com garantia real, independentemente do valor do bem gravado.
- (C) Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos quirografários.
- (D) A cobrança judicial do crédito tributário é sujeita ao concurso de credores na recuperação judicial.
- (E) São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

41. De acordo com as disposições constitucionais no que se refere às contribuições sociais e às de intervenção no domínio econômico, é correto afirmar que

- (A) ambas não incidem sobre as receitas decorrentes de exportação.
- (B) ambas não incidem sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- (C) as contribuições de intervenção no domínio econômico não poderão ter alíquotas *ad valorem*, enquanto que as sociais admitem esse tipo de alíquota.
- (D) no caso de importação, ambas terão alíquotas específicas sobre o valor aduaneiro.
- (E) para fins de incidência de ambas as contribuições, a pessoa natural destinatária das operações de importação não poderá, por lei, ser equiparada a pessoa jurídica.

42. Assinale a alternativa correta com base no entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (A) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
 - (B) É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.
 - (C) é inconstitucional a adoção, no cálculo do valor da taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, ainda que não haja integral identidade entre uma base e outra.
 - (D) É constitucional a remuneração mediante taxa do serviço de iluminação pública.
 - (E) É inconstitucional a exigência do ICMS na entrada de mercadoria importada do exterior, por ocasião do desembaraço aduaneiro.
43. No lançamento por homologação, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, se a lei não fixar prazo para a homologação, será ele de cinco anos. Expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito tributário. Segundo disposição expressa do Código Tributário Nacional, referido prazo conta-se
- (A) da ocorrência do fato gerador.
 - (B) da materialização da obrigação tributária.
 - (C) da constituição do crédito.
 - (D) do lançamento.
 - (E) da inscrição na Dívida Ativa.
44. Determina a Constituição Federal que o Imposto sobre a Transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI não incide, dentre outras situações que prevê, sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital. Está-se diante de uma
- (A) isenção diferida.
 - (B) isenção constitucionalmente qualificada.
 - (C) imunidade específica.
 - (D) imunidade recíproca.
 - (E) anistia.
45. No que respeita à interpretação e integração da legislação tributária, é correto afirmar que
- (A) se interpreta extensivamente a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção ou dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
 - (B) os princípios gerais de direito privado utilizam-se, para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para a definição dos respectivos efeitos tributários.
 - (C) a lei tributária pode alterar o conteúdo de institutos de direito privado utilizados implicitamente pela Constituição Federal para limitar competências tributárias.
 - (D) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito público, os princípios gerais de direito tributário e a equidade.
 - (E) na integração da legislação tributária, o emprego da equidade poderá resultar na dispensa do tributo devido.

DIREITO FINANCEIRO

46. A disposição constitucional que determina que o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, consubstancia o princípio orçamentário da
- (A) totalidade.
 - (B) especialização.
 - (C) transparência.
 - (D) não vinculação.
 - (E) uniformidade.
47. Assinale a alternativa cujo texto se encontra em consonância com Súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.
- (A) Os atos do presidente do tribunal que disponham sobre o processamento e pagamento de precatório não têm caráter jurisdicional.
 - (B) A Fazenda Pública não pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.
 - (C) Cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.
 - (D) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.
 - (E) É competente, originalmente, o Superior Tribunal de Justiça para mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União.

48. A despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, considera-se, nos termos da Lei Complementar nº 101/00, como
- (A) facultativa de prazo indeterminado.
 - (B) obrigatória de caráter continuado.
 - (C) esporádica plurianual.
 - (D) extraordinária de prazo determinado.
 - (E) especial programática atemporal.
49. Acerca da destinação de recursos públicos para o setor privado, assinale a alternativa correta.
- (A) A destinação de tais recursos só é admitida de forma direta e para cobrir necessidades de pessoas jurídicas para atender as condições estabelecidas na lei do plano plurianual.
 - (B) Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
 - (C) Independem de autorização em lei específica as prorrogações e composições decorrentes de operações de crédito, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.
 - (D) Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.
 - (E) É vedado ao Banco Central do Brasil conceder às instituições financeiras, em qualquer caso, operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.
50. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, consideram-se
- (A) empréstimos públicos.
 - (B) créditos suplementares.
 - (C) transferências voluntárias.
 - (D) subvenções sociais.
 - (E) restos a pagar.
51. Por determinação da Lei Complementar nº 101/00, a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívida pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das demais exigências impostas pela lei, equipara-se à
- (A) dívida pública consolidada.
 - (B) operação de crédito.
 - (C) dívida pública mobiliária.
 - (D) refinanciamento da dívida mobiliária.
 - (E) refinanciamento da dívida fundada.
52. De acordo com a Lei nº 4.320/64, é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Referida disposição legal relaciona-se ao
- (A) princípio da concorrência.
 - (B) princípio da especialização.
 - (C) regime de adiantamento.
 - (D) empréstimo consignado.
 - (E) auxílio de bonificação.

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

53. Com a prática da infração penal, surge para o Estado, automaticamente, o direito de punir, ou seja, a possibilidade jurídica de impor ao responsável pela infração uma sanção. O *jus puniendi*, no entanto, pode se extinguir, por uma série de motivos previstos na legislação penal. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) O indulto é causa de extinção de punibilidade concedida por lei ordinária editada pelo Congresso Nacional que exclui um ou mais fatos criminosos do campo de incidência do Direito Penal.
 - (B) A decadência é a perda do direito de iniciar a ação penal sofrida pelo particular e pelo Estado.
 - (C) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
 - (D) Será reduzido de metade o prazo prescricional caso o criminoso, na data da sentença, seja menor de 21 anos.
 - (E) Antes de transitar em julgado a sentença final, a prescrição começa a correr, no caso de tentativa, do dia em que foi praticado o primeiro ato de execução.

- 54.** Sobre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, assinale a alternativa correta.
- (A) Suponha que um jurado, durante o julgamento em plenário, exija vantagem indevida para si, valendo-se do pretexto de futuro julgamento. Na hipótese, não poderá ser responsabilizado pelo crime de concussão.
 - (B) Nos crimes contra a Administração Pública, inclusive no crime de corrupção passiva, é plenamente aceitável a aplicação do princípio da insignificância.
 - (C) O cidadão A, funcionário público, em discussão com o vizinho por conta de uma reforma, acaba por matá-lo. Seu superior hierárquico não comunica o fato à autoridade competente, motivo pelo qual deverá ser responsabilizado por condescendência criminosa.
 - (D) O crime de advocacia administrativa, previsto no art. 321 do CP, é infração de menor potencial ofensivo, de competência do Juizado Especial Criminal.
 - (E) Consumado o crime de peculato doloso, a reparação do dano afasta o crime e permite a absolvição do acusado.
- 55.** Acerca da lei de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98, alterada pela Lei nº 12.683/12), assinale a alternativa correta.
- (A) A lavagem de dinheiro se configura quando a ocultação ou dissimulação for de bens, direitos ou valores provenientes apenas de crime antecedente.
 - (B) Se a infração penal antecedente tiver sido praticada em outro país, restará prejudicado o processo e julgamento da lavagem de dinheiro no Brasil, pois existe dependência entre as infrações.
 - (C) Para a tipificação da lavagem de dinheiro, como sujeito ativo, é dispensável a participação na infração antecedente. Basta que o agente tenha conhecimento da origem ilícita dos valores.
 - (D) Se os crimes definidos na Lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa, será aplicada a pena referente ao crime de associação criminosa, previsto no art. 288 do CP.
 - (E) O § 5º do art. 1º trata da colaboração premiada e permite expressamente, entre outros benefícios, a absolvição do colaborador.
- 56.** Acerca da aplicação da pena, assinale a alternativa que representa entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Fixada a pena-base no mínimo legal, é permitido o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta com base apenas na gravidade abstrata do delito.
 - (B) No crime de roubo circunstanciado, basta a mera indicação do número de majorantes para que se aplique o aumento de pena na terceira fase da dosimetria.
 - (C) Como condição especial ao regime aberto, admite-se a fixação de pena substitutiva.
 - (D) É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a 4 anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.
 - (E) A incidência de circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

- 57.** Compete à mesa da Câmara Municipal de Altinópolis
- (A) determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição ainda não incluída na ordem do dia.
 - (B) recusar recebimento a substitutivos ou emendas que não sejam pertinentes à proposição inicial.
 - (C) declarar prejudicada a proposição em face de rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo.
 - (D) propor Projetos de Lei que criam ou extinguem cargos dos servidores da Câmara e fixam os respectivos vencimentos.
 - (E) promulgar as resoluções e os decretos legislativos bem como as leis de sanção tácita.
- 58.** Quanto as Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Altinópolis, assinale a alternativa correta.
- (A) São cinco e compostas por quatro vereadores.
 - (B) Justiça e Redação é uma das Comissões.
 - (C) Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter constitucional.
 - (D) Os membros das Comissões Permanentes serão nomeados pela mesa diretora da Câmara.
 - (E) Dos atos do Presidente da Comissão Permanente caberá recurso ao presidente da Câmara.

59. É da competência exclusiva da Mesa da Câmara Municipal de Altinópolis a iniciativa das Leis que disponham sobre

- (A) autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara.
- (B) fixação dos subsídios da verba de representação do Prefeito, e, se for o caso, do Vice-Prefeito.
- (C) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, assim como a proteção à infância e à juventude.
- (D) criação, organização e supressão de distritos, observada a legislação estadual.
- (E) a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

60. A Câmara Municipal de Altinópolis poderá cassar o mandato do Vereador quando

- (A) for acometido de moléstia incapacitante.
- (B) exercer cargo público na Administração estadual.
- (C) fixar residência fora do município.
- (D) desempenhar missões em que não há interesse do Município.
- (E) deixar de tomar posse, sem motivo justo, dentro do prazo estabelecido.

